

EXTRATO DO CONTRATO N° 027/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 011/2023
PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2023

1033/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria para as comissões parlamentares permanentes e temporárias da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães-BA.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 de março de 2023.

HORÁRIO: 10:00 horas (horário local).

DATA DE ASSINATURA: 20 de março de 2023.

CONTRATADA: GR NETO LTDA, inscrita no CNPJ n°. 22.281.621/0001-23, com sede na Rua Ademar Glicério Rocha, SN, Centro, CEP- 44915000, São Gabriel- BA.

BASE LEGAL: DECRETO MUNICIPAL N°. 971/2006, LEI ESTADUAL N°. 9.433/2005 COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, PELA LEI FEDERAL N°. 10.520/02 E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI N° 8.666 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

TIPO: Pregão Presencial tipo menor preço global.


VALOR TOTAL: R\$ 173.124,00 (Cento e setenta e três mil e cento e vinte quatro reais).

VIGÊNCIA: 20.03.2023 a 20.03.2024.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01.01.000 - Câmara Municipal
101 - Programa Legislativo Forte e Atual
500 - Recursos não vinculados de impostos
01.031.101.2001 - Gestão das Ações Legislativas
3.3.90.35.00.0 - Serviços de Consultoria

Luís Eduardo Magalhães - BA, 20 de março de 2023.


LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



CÂMARA MUNICIPAL
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitações e Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, retifica o EXTRATO DO CONTRATO do Processo Administrativo nº. 011/2023, Pregão Presencial nº. 004/2023, publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DO CONTRATO N° 027/2023

LEIA-SE:

EXTRATO DO CONTRATO N° 033/2023

As demais informações ficam ratificadas e inalteradas.

Luís Eduardo Magalhães, 21 de março de 2023.



LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Erratas

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitações e Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, retifica o EXTRATO DO CONTRATO do Processo Administrativo nº. 011/2023, Pregão Presencial nº. 004/2023, publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DO CONTRATO N° 027/2023

LEIA-SE:

EXTRATO DO CONTRATO N° 033/2023

As demais informações ficam ratificadas e inalteradas.

Luís Eduardo Magalhães, 21 de março de 2023.

LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2023.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica - CNPJ sob o número 04.214.440/0001-00, com sede na Rua Octogonal, nº. 684, Jardim Imperial, Luís Eduardo Magalhães - BA, representada pelo Presidente REINILDO NERY DOS SANTOS, brasileiro, inscrito CPF/MF nº 977.718.305-44, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa G R NETO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 22.281.621/0001-23, com sede na FAZENDA GABRIELZINHO, 100, RURAL GABRIELZINHO, SAO GABRIEL, BA, CEP 44.915-00, São Gabriel- BA, doravante denominada CONTRATADA, através de seu (a) representante legal Sr. Gilberto Rocha Neto, inscrito no CPF nº. 025.760.305-05, residente e domiciliado na sede da Fazenda gabrielzinho, 100, Rural Gabrielzinho, São Gabriel, Ba, Cep:44.915-000, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. 011/2023 e consequentemente no Pregão Presencial nº. 004/2023 e; em observância ao disposto nos termos da Lei FEDERAL Nº. 10.520/02 E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI N.º 8.666 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES, e alterações posteriores, resolvem celebrar o presente o Contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria para as comissões parlamentares permanentes e temporárias da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães-BA.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1.1. Assessoramento e apresentação de pareceres independentes junto às comissões de:

- I - Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação;
- II - Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Contas;
- III - Comissão Permanente de Obras, Administração Pública, Serviços Públicos, Urbanismo e Segurança;
- IV - Comissão Permanente de Educação, Cultura, Lazer, Esporte, Saúde e Ação Social;
- V - Comissão Permanente de Indústria, Comércio, Serviços, Agropecuária e Meio Ambiente;
- VI - Comissão Permanente dos Direitos do Cidadão.

Rua Octogonal, nº 684 - Jardim Imperial - Luís Eduardo Magalhães - BA - CEP 47850-000
CNPJ 04.214.440/0001-00 - TEL: (77) 3628-8900 - www.cmlem.ba.gov.br



1.1.2. Acompanhamento das sessões ordinárias, extraordinárias, itinerantes, solenes e audiências públicas;

1.1.3. Assistir o Presidente, a Mesa Diretora e os Vereadores em seus atos relacionados às atividades das comissões parlamentares.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este Contrato guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10520/2002, no Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos que compõe o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

SUBCLÁUSULA (ÚNICA) – O regime de execução do presente contrato é indireto por menor preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Supervisionar os serviços objeto do contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;
- b) Permitir o acesso ao local da prestação dos serviços do pessoal da CONTRATADA, necessária à execução do serviço;
- c) Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados;
- d) O pagamento somente será realizado mediante efetiva prestação do serviço solicitado.
- e) Os pagamentos ficam condicionados à prévia certificação quanto à qualidade dos serviços fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas na Legislação aplicada:

- a) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do contrato;
- b) Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) Prestar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

Rua Octogonal, nº 684 – Jardim Imperial – Luís Eduardo Magalhães – BA – CEP 47850-000
CNPJ 04.214.440/0001-00 – TEL: (77) 3628-8900 – www.cmlern.ba.gov.br



- d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- e) Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da **CÂMARA MUNICIPAL**, em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela **CONTRATANTE**;
- f) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por sua culpa ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado;
- g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais prevista na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;
- h) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da **CONTRATANTE**, inclusive por danos causados a terceiros;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- j) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da prestação dos serviços objeto deste Contrato;
- k) Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;
- l) Em nenhuma hipótese a **CONTRATADA**, poderá veicular qualquer publicidade ou informação citando a **CONTRATANTE** sem a prévia autorização da mesma;
- m) Indicar uma pessoa hábil para contato direto com o gestor, a fim de resolver todas as questões referentes ao bom andamento do contrato;
- n) Restaurar de imediato os serviços prestados, quando reclamado pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01.01.000 - Câmara Municipal

Rua Octogonal, nº 684 - Jardim Imperial - Luís Eduardo Magalhães - BA - CEP 47850-000
CNPJ 04.214.440/0001-00 - TEL: (77) 3628-8900 - www.cniem.ba.gov.br



- 101 - Programa Legislativo Forte e Atuarante
- 500 - Recursos não vinculados de impostos
- 01.031.101.2001 - Gestão das Ações Legislativas
- 3.3.90.35.00.0 - Serviços de Consultoria

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA REVISÃO

O objeto do presente Contrato será fornecido pelo preço global de R\$ 173.124,00 (cento e setenta e sete mil e cento e vinte quatro reais) sendo o valor mensal de R\$ 14.427,00 (Quatorze mil, quatrocentos e vinte e sete reais), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste Contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1.1.	Assessoramento e apresentação de pareceres independentes junto às comissões de: I - Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação; II - Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Contas; III - Comissão Permanente de Obras, Administração Pública, Serviços Públicos, Urbanismo e Segurança; IV - Comissão Permanente de Educação, Cultura, Lazer, Esporte, Saúde e Ação Social; V - Comissão Permanente de Indústria, Comércio, Serviços, Agropecuária e Meio Ambiente; VI - Comissão Permanente dos Direitos do Cidadão.	MESES	12	R\$ 14.427,00	R\$ 173.124,00
1.1.2.	Acompanhamento das sessões ordinárias, extraordinárias, itinerantes, solenes e audiências públicas;				
1.1.3.	Assistir o Presidente, a Mesa Diretora e os Vereadores em seus atos relacionados às atividades das comissões parlamentares.				

Rua Octogonal, nº 684 - Jardim Imperial - Luís Eduardo Magalhães - BA - CEP 47850-000
 CNPJ 04.214.440/0001-00 - TEL: (77) 3628-8900 - www.cmlm.ba.gov.br



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

--	--	--	--	--	--	--	--

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O preço proposto será fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato, ressalvada a hipótese de prorrogação de prazo, nos termos do art. 57, IV da Lei nº. 8.666/93 e demais hipóteses legais.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O preço ajustado poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d)" do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

O objeto/serviço deste contrato será recebido por Comissão ou Setor (es) designados para este fim, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no ato da entrega do objeto/serviço deste contrato nos locais especificados pela CONTRATANTE e da Nota Fiscal devidamente discriminada, em nome do órgão requisitante mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e demais especificações, para efeito de testes e verificação da conformidade do bem com as exigências deste instrumento e da proposta, bem como consequente aceitação, procedendo-se observações, se necessário e, ainda, as disposições dos artigos 73 ao 76 da Lei 8.666/93.

c) O prazo para testes e recebimento definitivo será de 30 dias (já incluído o prazo para recebimento provisório), a partir da entrega do objeto pela CONTRATADA.

d) No caso do objeto ser entregue incompleto ou apresentar alguma desconformidade passível de ser sanada, o prazo de recebimento definitivo passará a contar na sua totalidade, a partir da correção da pendência.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORNECIMENTO

A empresa contratada deverá entregar o objeto/serviço de forma imediata na Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, imediatamente após a ordem de serviço.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à CONTRATADA, até o 15º (décimo quinto) dia útil, contado do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesses períodos a fase de ateste da mesma -

Rua Octogonal, nº 684 - Jardim Imperial - Luís Eduardo Magalhães - BA - CEP 47850-000
CNPJ 04.214.440/0001-00 - TEL: (77) 3628-8900 - www.cmlm.ba.gov.br



a qual conterá o endereço, o CNPJ, o número da Nota de empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto da contratação - em moeda corrente nacional, por intermédio da Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para a execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA, CNPJ nº 04.214.440/0001-00.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará a execução dos serviços e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento se cumpridas pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e legais.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA QUINTA - No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive na nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

SUBCLÁUSULA SEXTA - A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Contratante, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12(doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

Rua Octogonal, nº 684 - Jardim Imperial - Luís Eduardo Magalhães - BA - CEP 47850-000
CNPJ 04.214.440/0001-00 - TEL: (77) 3628-8900 - www.cmlm.ba.gov.br



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A prorrogação do contrato será efetuada, desde que haja a reunião dos seguintes requisitos:

- I - houver interesse da contratante e da empresa contratada;
- II - for comprovado que o contrato mantém as condições iniciais de habilitação;
- III - houver autorização da autoridade competente;
- IV - seja a prorrogação devidamente justificada pela contratante.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato poderá ser prorrogado, a critério do CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo, nos moldes da legislação pertinente (Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993)

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Em caso de aditivo, havendo necessidade de atualização do valor pactuado, o índice a ser aplicado é o IGPM, após o período de 12 meses de execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato serão exercidos pela Sra. Telma de Souza, conforme Portaria nº. 032/2023, a qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços objeto deste contrato, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67 da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços (objeto do contrato), a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização do contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA que é total e irrestrita em fornecimento do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do Contrato.

Rua Octogonal, nº 684 - Jardim Imperial - Luís Eduardo Magalhães - BA - CEP 47850-000
CNPJ 04.214.440/0001-00 - TEL: (77) 3628-8900 - www.cmlm.ba.gov.br



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Os serviços, objeto deste Contrato, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa dos mesmos, bem como seu devido refazimento e/ou adequação, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

SUBCLÁUSULA QUINTA - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se, na execução do objeto, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades ou sanções:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da lei nº 8.666/1993, na hipótese de recusa injustificada da empresa em celebrar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente a execução em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Edital e seus anexos ou no termo de contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas;
- d) pelo atraso injustificado para o início da execução do objeto, multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, até o limite do valor total da contratação, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a rescisão/anulação unilateral do Contrato;

Rua Octogonal, nº 684 - Jardim Imperial - Luís Eduardo Magalhães - BA - CEP 47850-000
CNPJ 04.214.440/0001-00 - TEL: (77) 3628-8900 - www.cmlm.ba.gov.br



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

e) pela inobservância dos prazos afetos à execução dos serviços; multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, até o limite do valor total da contratação; nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a rescisão/anulação unilateral do Contrato;

f) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O valor da multa poderá ser descontado na Nota Fiscal/Fatura ou do crédito existente na CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA; sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

SUBCLÁUSULA QUARTA - As sanções previstas neste contrato são independentes ente si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Não será aplicada multa se, justificadamente e comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advier caso fortuito ou força maior.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº. 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A rescisão deste contrato poderá ser:

Rua Octogonal, nº 684 - Jardim Imperial - Luís Eduardo Magalhães - BA - CEP 47850-000
CNPJ 04.214.440/0001-00 - TEL: (77) 3628-8900 - www.cmlem.ba.gov.br



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

SUBCLÁUSULA QUARTA - Conforme o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO

Nos termos do art. 57, II da Lei nº. 8.666/1993, a critério da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães-BA, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Nos casos omissos serão aplicadas as normas estabelecidas no Código Civil, Código de Processo Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Poder Legislativo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Rua Octogonal, nº 684 - Jardim Imperial - Luís Eduardo Magalhães - BA - CEP 47850-000
CNPJ 04.214.440/0001-00 - TEL: (77) 3628-8900 - www.cmlem.ba.gov.br



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

O foro para solucionar os litígios que decorrem da execução deste Contrato será o da Justiça Estadual da Comarca de Luís Eduardo Magalhães-BA.


E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Luís Eduardo Magalhães-BA, 20 de março de 2023

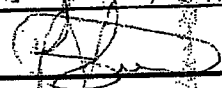
CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
REINILDO NERY DOS SANTOS
CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL
GR NERO LTDA.
CNPJ nº 27.281.621/0001-23
CONTRATADA

TESTEMUNHA:

 702.55.300-58

CPF:


CPF 707.379.265-91

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

Rua Octogonal, nº 684 – Jardim Imperial – Luís Eduardo Magalhães – BA – CEP 47850-000
CNPJ 04.214.440/0001-00 – TEL: (77) 3628-8900 – www.cmlm.ba.gov.br